

| Formulário nº 13 – Especificação da Disciplina/Atividade | | |
|--|-----------------------|--------------------------|
| CONTEÚDO DE ESTUDOS | | |
| Química Ambiental | | |
| Nome da Disciplina | Código | Criação() |
| Gestão Ambiental | GFQ 00030 | Alteração: Nome() CH() |
| Departamento de Execução: FÍSICO-QUÍMICA (GFQ) | | |
| Carga Horária Total: 60 horas | Teórica: 60 h | Prática: Estágio: |
| Disciplina/Atividade: Obrigatória () | Optativa (X) | AC () |
| Objetivos da Disciplina: | | |
| Preparar o aluno para exercer a função de coordenação de projetos ou ainda estimular seu empreendedorismo de forma a iniciar o seu próprio negócio dentro da consultoria química. | | |
| Descrição da Ementa: | | |
| <p>Conceitos de gestão. A gestão dos recursos naturais. As conferências mundiais de desenvolvimento. A Agenda 21. A crise mundial da água. A gestão de recursos hídricos na Europa. O modelo francês de gestão das bacias hidrográficas. A valoração do meio ambiente. A política de recursos hídricos no Brasil. O panorama legal, a Constituição brasileira, a lei de 1943 e 9433/97. A legislação CONAMA. Estudos e relatórios de impacto ambiental. Gerenciamento ambiental, minimização de resíduos e reciclagem. Tratamento de efluentes industriais e agrícolas. O modelo de desenvolvimento regional brasileiro. As experiências nacionais de gestão por bacias. Os comitês de bacias e as agências de águas. O modelo Managê: Conselhos de Desenvolvimento, Conselhos de Bacias, Comitês e Agências de desenvolvimento regional brasileiro.</p> | | |
| Bibliografia Básica: | | |
| <ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Decreto-Lei nº 852, de 11 de novembro de 1938. Mantém, com modificações, o Código de Águas, Decreto nº 24.643, de 10 de Julho de 1937, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, v. 4, p. 98, 1938. - BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan. 1997. p. 470. - LOPES, Ignez Vidigal. et al. (Org.) Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso. Rio de Janeiro: FGV, 1996. | | |

- RIO DE JANEIRO (Estado). Lei 3.239, de 2 de agosto de 1999. Institui Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos regulamenta a Constituição Estadual em seu artigo 261, § 1º, inciso VII, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, RJ, 2 ago. 1999.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Recursos Hídricos: histórico, gestão e planejamento**. São Paulo, 1995.

Bibliografia Complementar:

- BARROS, A. B. Gestão de Recursos Hídricos e Programas de Investimentos para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Itabapoana: Projeto Managé. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CREA, 1997. p. 14-15.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986. Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jul. 1986.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** nº 191-A, de 5 de outubro de 1988. Artigos 21, 43 e 48 referente às Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento.

Coordenador

Data ____/____/____

Chefe de Departamento

Data ____/____/____